

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.037, DE 2008 (Apensado o Projeto de Lei n.º5.807 de 2009)

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação, nos hospitais da rede pública, de pontos com solução anti-séptica e placas de orientação para a prevenção de infecções hospitalares.

Autor: Deputado SANDES JÚNIOR

Relator: Deputado MAURÍCIO TRINDADE

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 3.037, de 2008, de autoria do Deputado Sandes Júnior, estabelece que os hospitais da rede pública de todo o Território Nacional ficam obrigados a instalar, nos seus ambientes, pontos com solução anti-séptica e placas orientadoras que explicitem a importância de se lavarem as mãos, sempre que houver contato físico com o paciente.

A proposição indica que o poder executivo regulamentará a presente lei, designando órgão responsável pela fiscalização e aplicação da penalidade caso ocorra descumprimento da lei. Também estabelece que as despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Geral da União.

Na justificção, o autor destacou a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre a proteção e defesa da saúde (art. 24, inciso XII, da Constituição Federal) e salientou a relevância da lavagem das mãos pelos profissionais da saúde na prevenção de graves infecções hospitalares.

Apensado à proposição comentada, encontra-se o Projeto de Lei de n.º 5.807, de 2009 de autoria do Deputado Francisco Rossi, que torna obrigatória a instalação, nos hospitais da rede pública, pontos com solução anti-séptica e placas de orientação para a prevenção de infecções hospitalares.

A matéria é de apreciação conclusiva das Comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, cabendo à primeira o exame do mérito.

No prazo regimentalmente previsto, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A matéria em análise destaca uma atividade relativamente simples e de baixo custo, a lavagem de mãos pelos profissionais de saúde, mas de grande valor para a prevenção da infecção hospitalar.

A importância desse procedimento foi reconhecida desde o século XIX por meio dos estudos de Ignaz Semmelweis. A partir de 1846, mesmo antes da proposição de Louis Pasteur de que doenças podiam ser causadas por microorganismos, Semmelweis publicou os resultados de suas observações no Hospital Geral de Viena, em que demonstrou que a incidência (e mortalidade) de doença puerperal era maior nas parturientes assistidas por médicos do que nas assistidas por parteiras, devido a contaminação das mãos do pessoal médico (que realizavam autópsias e partos sem cuidados de assepsia entre os procedimentos).

Não pairam dúvidas de que as iniciativas dos dignos autores das matérias em apreciação são extremamente meritórias. Ambas as proposições são pertinentes e revelam a sensibilidade social e sintonia dos ilustres autores.

A proposta dos ilustres Deputados Sandes Júnior e Francisco Rossi, facilitará a adoção dessa medida fundamental, que muitas vezes não é praticada nos hospitais da rede pública pela falta das condições adequadas. Desse modo, espera-se colaborar para a prevenção da infecção hospitalar, que na década de 1990, apresentava uma prevalência de aproximadamente 15% em hospitais terciários do Brasil.

O Programa de Controle de Infecção Hospitalar é regulamentado, atualmente, pela Portaria do Ministério da Saúde a MS nº 2616, de 12 de maio 1998(BRASIL, 1998), que estabelece as ações mínimas a serem desenvolvidas sistematicamente, pelos serviços de saúde, com vistas à redução da incidência e da gravidade das infecções relacionadas aos serviços de saúde. A ANVISA nos encaminhou

uma nota técnica de nº55/2008, que acrescenta varias sugestões que achamos importante acatar.

Desta forma, manifestamos o voto pela aprovação dos PLs PL3037, de 2008, e nº5.807, de 2009, na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado **MAURÍCIO TRINDADE – PR/BA.**

Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.037, de 2008

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação nos hospitais da rede pública, de pontos com solução antisséptica e placas de orientação para a prevenção de infecções hospitalares.

O Congresso Nacional decreta:

obrigados: O Art. 1º - “Os serviços de saúde de todo o território Nacional ficam

I - a disponibilizar os insumos, produtos, equipamentos e instalações necessárias para as praticas de higienização das mãos de profissionais de saúde, acompanhantes e visitantes em locais estratégicos definidos pelo Programa de Controle de Infecção.

II – a disponibilizar, próximo a lavatórios/pias, sabonete líquido, porta-papel toalha e papel toalha que possua boa propriedade de secagem, para a higienização das mãos.

III- a disponibilizar anti-sépticos degermantes próximo a lavatórios/pias nos casos de precaução de contato, realização de procedimentos invasivos e procedimentos cirúrgicos.

IV - a afixar materiais informativos, próximo a lavatórios/pias/dispensadores de preparação alcoólica e lavabos cirúrgicos, que demonstram o passo a passo de cada técnica de higienização das mãos.

V – pias e lavatórios deverão possuir sistema de acionamento que evitem o contato manual.

Art. 2º - O poder executivo regulamentará a presente lei, designando órgão responsável pela fiscalização e aplicação da penalidade caso ocorra o descumprimento dessa lei.

Parágrafo Único: As despesas decorrentes da execução desta Lei para os hospitais públicos correrão por conta de dotações orçamentárias consignadas do Orçamento Geral da União.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado **Maurício Trindade** – PR/BA